



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
CURSO SUPERIOR EM LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

ELINDALVA ALMEIDA DA SILVA CUNHA

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO
DE PRAIA NORTE – TO**

**ARAGUATINS
2025**

ELINDALVA ALMEIDA DA SILVA CUNHA

**DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO
DE PRAIA NORTE – TO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
Superior de Licenciatura em Ciências
Biológicas Unidade de Araguatins do
Instituto Federal do Tocantins, como
exigência à obtenção do título de Licenciada
em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Esp. Judson Franciel
Barros Silva

Coorientadora: Prof.^a Ma. Maria Josinete
Araujo Costa

**ARAGUATINS
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

C972d Cunha, Elindalva Almeida da Silva
Desafios da inclusão de estudantes com necessidades
educacionais especiais na rede estadual de ensino no município de
praia norte – to / Elindalva Almeida da Silva Cunha. – Araguatins, TO,
2025.
26 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências
Biológicas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins, Campus Araguatins, Araguatins, TO, 2025.

Orientador: Esp. Judson Franciel Barros Silva
Coorientadora: Ma. Maria Josinete Araujo Costa

1. Inclusão. 2. Necessidades Educacionais Especiais. 3.
Educação Inclusiva. I. Silva, Judson Franciel Barros. II. Costa, Maria
Josinete Araujo. III. Título.

CDD 570

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Reitoria
Campus Araguatins

ANEXO XIII

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: “Desafios na Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais na Rede Estadual de Ensino no Município de Praia Norte - TO”

AUTOR (A): Elindalva Almeida da Silva Cunha

ORIENTADOR (A): Prof. Esp Judson Franciel Barros Silva

COORDENADOR (A): Prof. Ma. Maria Josinete Araujo Costa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus Araguatins*, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Aprovado em 14 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Judson Franciel Barros Silva, Servidor**, em 17/03/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Jaercio do Nascimento Silva, Servidor**, em 17/03/2025, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenya Maria Vieira Lopes, Servidora**, em 17/03/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2515182** e o código CRC **F8662DCC**.

Dedico este trabalho à minha família, que contribuiu de forma inestimável para a minha formação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado forças, pois sem Ele nada disso seria possível. Sou grata por todos os livramentos.

À minha mãe, Francisca de Sousa, que não mediu esforços para me ajudar nesta caminhada.

À minha tia, Francicleide de Sousa, por ter me estimulado a não deixar esta oportunidade passar.

Ao meu marido, Manoel Pereira, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio e compreensão incondicionais.

Aos meus amigos e familiares, que de alguma maneira contribuíram para a conclusão da minha graduação.

RESUMO

Este estudo investigou os desafios enfrentados na inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na rede estadual de ensino de Praia Norte, Tocantins, visando analisar as principais dificuldades desse processo, considerando as percepções de educadores e alunos. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória e foi realizada no Colégio Estadual 1º de Junho, em Praia Norte (TO), por meio de questionários impressos. O aporte teórico do trabalho pautou-se em autores como Mantoan (2003), Pacheco (2007) e Glat (1995), que discutem as políticas e práticas de educação inclusiva no Brasil. Os dados coletados indicaram que, apesar da existência de políticas públicas voltadas à inclusão, fatores como falta de infraestrutura adequada, preconceito e formação insuficiente dos educadores representaram obstáculos significativos. Além disso, a ausência de monitores e o reduzido envolvimento das famílias dificultaram a plena integração dos alunos com necessidades especiais. Como contribuição, o estudo sugeriu alternativas para superar esses desafios, incluindo investimentos em formação continuada de professores, contratação de profissionais de apoio e estratégias que estimulem a participação familiar no processo educacional e estratégias que estimulem a participação familiar no processo educacional.

Palavras-chave: Inclusão. Necessidades Educacionais Especiais. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This study investigated the challenges encountered in the inclusion of students with special educational needs within the state school system of Praia Norte, Tocantins, aiming to analyze the main difficulties of this process by considering the perceptions of educators and students. The research adopted a qualitative and exploratory approach and was conducted at the 1º de Junho State College, in Praia Norte (TO), through printed questionnaires. The theoretical framework was based on authors such as Mantoan (2003), Pacheco (2007), and Glat (1995), who discuss policies and practices of inclusive education in Brazil. The collected data indicated that, despite the existence of public policies focused on inclusion, factors such as inadequate infrastructure, prejudice, and insufficient teacher training constituted significant barriers. Furthermore, the lack of teaching assistants and the limited involvement of families hindered the full integration of students with special needs. As a contribution, the study suggested alternatives to overcome these challenges, including investments in continuing teacher education, the hiring of support professionals, and strategies that encourage family participation in the educational process.

Keywords: Inclusion. Special Education Needs. Inclusive Education.

SIGLAS

AEE: Atendimento Educacional Especializado

CAA: Comunicador Alternativo e Ampliado

NEE: Necessidades Educacionais Especiais

QI: Quociente de Inteligência

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1	Definição da educação inclusiva	12
2.2	Formação de professores	13
2.3	Dificuldade de aprendizagem e inclusão.....	13
2.4	Processo de inclusão x processo de normalização	14
2.5	Dificuldades encontradas pelo professor no processo da educação inclusiva.....	14
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
3.1	Tipo de pesquisa e instrumentos de coleta de dados	15
3.2	O campo de pesquisa.....	15
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
4.1	Questionário da Professora: Caracterização do Aluno e Principais Demandas	16
4.1.1	Idade e Necessidade Especial.....	16
4.1.2	Desafios e Adaptações Desejadas	16
4.2.1	Falta de Acessibilidade.....	17
4.2.2	Apoio Especializado.....	17
4.2.3	Propostas de Melhoria	17
4.3	Entrevista com a Professora do AEE: Formação Continuada, Cultura Escolar e Parceria com as Famílias	17
4.3.1	Formação para Toda a Equipe Escolar.....	18
4.3.2	Resistência de Alguns Professores do Ensino Regular	18
4.3.3	Importância da Parceria Família-Escola.....	18
4.3.4	Capacitação Oferecida pela Secretaria de Educação.....	19
4.4	Análise Integrada: Principais Desafios e Possíveis Caminhos.....	19
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, assegurada pela Constituição Federal, é um direito que garante a inserção de alunos com deficiência em classes regulares de ensino. Ela vem sendo debatida e pesquisada desde a década de 1990. Segundo Michels (2013), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, implantada desde 2007, ainda enfrenta entraves nas escolas, sobretudo pela falta de investimentos em recursos materiais e formação continuada de professores, o que gera dificuldades no atendimento de alunos com deficiência na rede regular de ensino.

Observa-se que, em diversas instituições, estudantes com necessidades especiais vêm sendo inseridos em classes regulares. Contudo, a inclusão plena pode ainda enfrentar desafios, como a participação efetiva limitada desses alunos, a falta de avaliações adaptadas e a dificuldade de alguns professores em repensar suas práticas pedagógicas. Para que o processo de inclusão ocorra efetivamente, é fundamental que esses estudantes se desenvolvam social e intelectualmente. Inserir o aluno com necessidades especiais no processo educacional é um passo importante para a garantia de seus direitos, e a atuação do professor é essencial nesse contexto. O docente torna-se um facilitador da aprendizagem, responsável por proporcionar saberes que impactam não apenas a vida escolar, mas também o convívio social de seus alunos (BRASIL, 1999).

A presença de um educador capacitado e sensível às necessidades de cada estudante é crucial para promover um ambiente inclusivo. Adaptar metodologias de ensino e criar estratégias diversificadas que atendam às diferentes formas de aprendizagem são práticas fundamentais para garantir que todos possam aprender de modo equitativo. Segundo Brasil (1999), promover um ambiente escolar inclusivo não se resume à presença física de alunos com necessidades especiais, mas implica assegurar sua participação ativa nas atividades escolares e sociais. O debate sobre a educação inclusiva intensificou-se no século XX, com a criação de leis e documentos oficiais voltados à causa. Carvalho (2006) considera a educação inclusiva um paradigma educacional embasado em direitos legais e na noção de direitos humanos. Para atender às particularidades dos alunos, são necessárias mudanças culturais e estruturais nas escolas.

A inclusão não beneficia apenas os alunos com necessidades especiais; ela enriquece toda a comunidade escolar ao promover valores como empatia, respeito à diversidade e solidariedade. Por isso, deve ser encarada como um compromisso coletivo de garantir a todos uma educação de qualidade. A diversidade cultural e social do Brasil exige abordagens educacionais flexíveis que considerem as especificidades regionais e sociais dos alunos.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e foi realizada no Colégio Estadual 1º de Junho, em Praia Norte (TO). De acordo com Vergara (2010), pesquisas qualitativas visam aprofundar informações sobre o objeto de estudo, explorando problemas e oportunidades de melhoria. Conforme Minayo (2009), esse tipo de estudo busca compreender significados, motivações, crenças e valores que não podem ser quantificados.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar os principais desafios para a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na rede estadual de ensino de Praia Norte, Tocantins, considerando o Colégio Estadual 1º de Junho e outras unidades de referência (ou a regional de educação, caso tenha havido consulta a outras escolas). Como objetivos específicos, foram definidos:

- I. Identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de inclusão escolar;
- II. Analisar as barreiras estruturais e pedagógicas que dificultam a inclusão efetiva;
- III. Compreender a percepção dos profissionais da educação sobre a formação docente para atuar com estudantes com necessidades educacionais especiais;
- IV. Investigar o impacto da falta de recursos e apoio institucional na prática inclusiva.

Para alcançar tais objetivos, optou-se por uma pesquisa que envolveu tanto os aspectos teóricos, por meio de revisão bibliográfica, quanto os práticos, com a aplicação de entrevistas e questionários à comunidade escolar do Colégio Estadual 1º de Junho, em Praia Norte (TO). Partiu-se do entendimento de que, em muitas situações, as escolas não estavam preparadas para lidar com as questões relativas ao processo de inclusão, seja pela falta de recursos adequados, pela formação insuficiente dos professores ou pela ausência de uma cultura escolar que valorize a diversidade (BRASIL, 1999).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definição da educação inclusiva

A educação inclusiva baseia-se na promoção de um ambiente educacional que acolha todos os estudantes, independentemente de suas dificuldades — sejam visuais, mentais, físicas, auditivas ou sensoriais. 'Incluir' significa abranger, compreender e somar. Ao abordar a inclusão de pessoas com deficiência, busca-se proporcionar a esses indivíduos a oportunidade de vivenciar as mesmas experiências que seus pares, reconhecendo a diversidade como parte essencial do processo de aprendizagem.

Para Ferreira e Bozzo (2009, p. 03), discutir inclusão vai além do cumprimento da legislação; trata-se de permitir que crianças com deficiência se insiram socialmente, evitando que fiquem alienadas ou despreparadas para a realidade que também lhes pertence. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) reforça esse compromisso ao estabelecer que todos os cidadãos possuem direitos e obrigações iguais.

Segundo Carneiro (2012, p. 04),

a escola precisa se reestruturar para atender à diversidade, acolhendo e respeitando as singularidades dos estudantes. Nesse processo, a educação inclusiva não se limita à presença física do aluno com deficiência; é preciso desenvolver processos de ensino e aprendizagem que ofereçam condições de desenvolvimento acadêmico, possibilitando oportunidades iguais de acesso ao mercado de trabalho e à vida em sociedade.

Ainda nesse sentido, Aguiar e Duarte (2005) enfatizam que a efetivação da educação inclusiva depende da boa vontade da sociedade civil e de políticas governamentais consistentes. Projetos de inclusão demandam tempo, formação contínua de professores e envolvimento das famílias, além de mudanças curriculares que atendam às necessidades dos alunos. Tais projetos, porém, muitas vezes são interrompidos por questões políticas.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) já defendia que a educação inclusiva é o modo mais eficaz de construir solidariedade entre crianças com

necessidades educacionais especiais e seus colegas. Esse modelo visa maximizar o potencial de todos em âmbito escolar, respeitando limitações e incentivando a convivência na comunidade.

2.2 Formação de professores

Para implementar a educação inclusiva, um dos principais desafios está na formação de professores e equipes gestoras, que impactam diretamente o aprendizado dos alunos com deficiência. Cabe ao corpo docente e aos gestores escolares buscar metodologias e estratégias para garantir o desenvolvimento de todos.

Cunha (2015, p. 69) afirma que "incluir vai além de inserir o aluno com deficiência; é preciso criar condições de permanência e desenvolvimento da aprendizagem, respeitando suas potencialidades." Assim, o professor necessita conhecer as demandas de cada estudante e adaptar o conteúdo quando necessário.

Segundo Minetto (2008, p. 101), "o professor deve planejar com antecedência, registrar o que funcionou e rever estratégias para garantir que todos os alunos sejam beneficiados." Esse ciclo de planejamento, reflexão e ajuste contínuo fortalece a prática pedagógica, tornando-a mais dinâmica e inclusiva.

2.3 Dificuldade de aprendizagem e inclusão

As dificuldades de aprendizagem escolar têm sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento. Busca-se compreender como ocorre o processo de aprendizagem e por que muitas crianças apresentam baixo desempenho. Para Scoz (1994), as causas não podem ser atribuídas a um único fator, mas a um conjunto de elementos que contribuem para o fracasso escolar.

Bassedas et al. (1995) apontam que o diagnóstico psicopedagógico envolve múltiplos sujeitos (escola, professor, aluno, família e psicopedagogo), todos inter-relacionados. Bossa (2000) destaca a importância de reconhecer os aspectos afetivo-emocionais envolvidos no processo de aquisição escolar.

Parolin (2006) entende as dificuldades de aprendizagem como um sintoma, não configurando um quadro permanente, mas indicando a necessidade de ajustes. Farrell (2008) cita a presença de dislexia, dispraxia e discalculia, que exigem abordagens

específicas. Outro exemplo citado é o autismo, que demanda estratégias como Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) e Ensino Estruturado. Cada caso exige metodologias diferenciadas, reforçando a necessidade de formação contínua do professor.

2.4 Processo de inclusão x processo de normalização

As representações sociais das pessoas com deficiência muitas vezes buscam “normalizar” sua presença na sociedade, encobrindo diferenças ou rotulando-as com eufemismos. Lunardi (2001, p. 04) observa que, sob a aparência de respeito à diversidade, escondem-se práticas de controle social que sustentam uma norma ideal, dificultando, na prática, a efetiva inclusão.

A escola inclusiva é concebida como um ambiente participativo, que exige uma ruptura de paradigma para acolher a todos (Mantoan, 2003). A mudança requer uma escola menos burocrática, capaz de ofertar ensino de qualidade a todos os estudantes.

Omote (1999, p. 09) reforça que "seja normalização, integração ou inclusão, a meta é construir uma sociedade que ofereça condições de existência plena e digna a todos." Mrech (2011, p. 01) diferencia inclusão de normalização: "enquanto a inclusão fornece suporte especializado, a normalização exige que o aluno com deficiência ‘prove’ sua capacidade para permanecer na turma regular." Assim, a inclusão pressupõe atender às necessidades específicas, ao passo que a normalização tende a adaptar o aluno ao sistema, e não o sistema ao aluno.

2.5 Dificuldades encontradas pelo professor no processo da educação inclusiva

A inclusão de estudantes com deficiência em salas regulares traz desafios adicionais aos já existentes no sistema de ensino. Para Sant’ana (2005, p. 07), "profundas mudanças devem ocorrer a fim de melhorar a qualidade da educação para todos."

Um problema recorrente é a formação insuficiente dos professores. Rosa e Papi (2017) destacam que muitos docentes não são preparados em uma perspectiva

multicultural, o que dificulta o atendimento à diversidade. Sem o apoio de equipes multidisciplinares e recursos pedagógicos adaptados, o desafio torna-se ainda maior.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de pesquisa e instrumentos de coleta de dados

De acordo com Vergara (2010), pesquisas qualitativas visam aprofundar informações sobre o objeto de estudo, explorando problemas e oportunidades de melhoria. Conforme Minayo (2009), esse tipo de estudo busca compreender significados, motivações, crenças e valores que não podem ser quantificados.

Foram aplicados questionários impressos direcionados à professora titular da turma, à coordenação pedagógica e à direção da unidade escolar. Além disso, visando contemplar a perspectiva dos estudantes, foram ouvidos/as 5 alunos, que puderam opinar sobre suas experiências e desafios no processo de inclusão. Ao todo, 10 participantes foram entrevistados. Utilizou-se a entrevista semiestruturada, com roteiro de cinco questões, permitindo respostas escritas ou verbais que posteriormente foram transcritas.

Segundo Manzini (2004, p. 154), a entrevista semiestruturada se baseia em um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras de acordo com as circunstâncias do momento.

As perguntas buscaram:

- Quantificar o número de alunos com necessidades especiais, identificando tipos de deficiência e faixas etárias;
- Verificar os principais desafios para a inclusão efetiva;
- Investigar as dificuldades enfrentadas pelos alunos no ambiente escolar;
- Apontar melhorias necessárias para uma aprendizagem mais inclusiva;
- Averiguar se existe atendimento especializado.

3.2 O campo de pesquisa

O estudo foi conduzido no Colégio Estadual 1º de Junho, em Praia Norte (TO).

A população de pesquisa compreendeu três participantes: a professora da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), a diretora e a coordenadora pedagógica. A amostra incluiu os três docentes que responderam ao questionário,

fornecendo dados essenciais para o diagnóstico e a compreensão dos desafios enfrentados pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal objetivo deste estudo foi analisar os desafios para a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na rede estadual de ensino de Praia Norte, especialmente na sala de AEE. As questões abordadas englobaram a estrutura física, a formação continuada de professores, a participação familiar e a discriminação existente. Os resultados das entrevistas indicam que, embora haja esforço por parte da escola, a ausência de monitores, a insuficiência de formação na área de educação inclusiva e o baixo envolvimento das famílias prejudicam a integração efetiva dos alunos com deficiência.

4.1 Questionário da Professora: Caracterização do Aluno e Principais Demandas

Sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais, os entrevistados citaram a falta de infraestrutura adequada e de recursos pedagógicos específicos. A formação dos docentes, nesse cenário, mostrou-se limitada, refletindo em práticas que não contemplam plenamente a diversidade.

A falta de suporte especializado agrava o quadro, pois, em muitos casos, os professores não dispõem de profissionais de apoio para auxiliar alunos que demandam atenção individualizada. De acordo com as respostas, a escola oferece apoio psicológico, mas ainda é insuficiente para atender a todas as demandas.

4.1.1 Idade e Necessidade Especial

A professora relata atender um estudante entre 6 e 10 anos de idade, com transtornos de aprendizagem (dislexia). Esse aluno recebe atendimento especializado, possivelmente no próprio AEE.

4.1.2 Desafios e Adaptações Desejadas

Sobre os maiores desafios enfrentados, a docente assinalou a falta de materiais acessíveis e a necessidade de uma equipe multidisciplinar para auxiliar nas intervenções pedagógicas.

Entre as adaptações julgadas necessárias, cita materiais didáticos adaptados, tecnologia assistiva e novamente a colaboração de uma equipe multidisciplinar.

Esses dados confirmam a carência de recursos e suporte especializado para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos com dislexia. Além disso, sugerem que a simples presença do aluno em sala não basta — é preciso um apoio contínuo e múltiplo para promover avanços significativos.

4.2 Questionário da Direção: Infraestrutura e Apoio Especializado

4.2.1 Falta de Acessibilidade

A direção declarou que a escola não possui infraestrutura acessível para estudantes com mobilidade reduzida (não há rampas ou banheiros adaptados suficientes).

4.2.2 Apoio Especializado

A instituição também não dispõe, ou não sabe informar com clareza, se existe apoio especializado (professor de apoio, psicopedagogo etc.). Mesmo quando há algum suporte pontual, ele é considerado insuficiente.

4.2.3 Propostas de Melhoria

A direção sugere capacitação continuada dos docentes e uso de materiais didáticos de qualidade, mas não expõe outras ações de acessibilidade ou estrutura física. Tal panorama reforça a urgência de um planejamento ampliado, que contemple não apenas formação, mas também ajustes no espaço escolar e contratação de profissionais especializados.

4.3 Entrevista com a Professora do AEE: Formação Continuada, Cultura Escolar e Parceria com as Famílias

A entrevista aprofunda as lacunas identificadas nos questionários, sobretudo no que diz respeito à preparação da comunidade escolar e à colaboração família-escola.

4.3.1 Formação para Toda a Equipe Escolar

A docente enfatiza que toda a equipe diretiva, administrativa e de apoio — desde a coordenação até os funcionários da limpeza e merenda — precisa entender o papel e as necessidades específicas dos alunos com deficiência:

Professora (AEE): “...todos que estamos dentro do ambiente escolar, nós temos que estar preparados... nós temos que ter um olhar diferenciado para essas crianças. Então, eu creio que hoje o que falta é isso. É o olhar humano...”

Essa fala indica que a formação não deve ser restrita a professores de sala de aula. A falta de conhecimento ou sensibilidade de outros agentes pode afetar o acolhimento e o bem-estar desses estudantes ao longo de todo o período escolar.

4.3.2 Resistência de Alguns Professores do Ensino Regular

Outra questão enfatizada é a resistência ou insegurança de docentes do ensino regular em adaptar conteúdos e metodologias:

Professora (AEE): “A dificuldade maior eu creio que é com os professores... na maioria das vezes eles não estão preparados... aí a gente vê uma rejeição muito grande por parte dos profissionais do regular, porque eles ainda não entenderam que é uma obrigação deles...”

A entrevistada sugere que esse cenário decorre tanto da falta de formação específica em educação inclusiva quanto de uma mentalidade que não reconhece plenamente a responsabilidade compartilhada pela aprendizagem de todos.

4.3.3 Importância da Parceria Família-Escola

A professora também destaca o papel decisivo da família no processo de inclusão:

Professora (AEE): “É a questão da parceria entre escola... e família, porque a gente também tem que dar um suporte para a família... mostrando para o pai... que a escola está ali por ele...”

Assim, quando a família confia e participa, a escola consegue ajustar estratégias pedagógicas e planejar intervenções de forma mais eficiente. A ausência

desse vínculo pode comprometer a evolução do aluno, pois não há continuidade nas adaptações e no estímulo fora do ambiente escolar.

4.3.4 Capacitação Oferecida pela Secretaria de Educação

Por fim, a entrevistada propõe que a secretaria de educação e as escolas realizem parcerias para promover formações especializadas:

Professora (AEE): "...as secretarias de educação junto com as escolas... tinham que formar parcerias... para estar mostrando, né? ... o que é a educação [inclusiva]."

Essa sugestão enfatiza a necessidade de ações formativas contínuas e estruturadas, para que os professores do ensino regular se sintam motivados a participar, entendendo o benefício direto que isso traz ao processo educativo.

4.4 Análise Integrada: Principais Desafios e Possíveis Caminhos

A análise conjunta dos questionários e da entrevista com a professora de AEE, bem como as informações fornecidas pela direção, revelou cinco postos-chave que dificultam a plena inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais no contexto investigado: a falta de acessibilidade física (rampas, banheiros adaptados, entre outros), a ausência de uma equipe multidisciplinar (monitores ou profissionais especializados que auxiliem o professor em sala), a formação docente limitada (carência de capacitação na área de educação inclusiva), a participação familiar restrita (adesão insuficiente dos responsáveis em atividades escolares) e uma cultura escolar não inclusiva (falta de conscientização de toda a equipe sobre seu papel na promoção de práticas inclusivas). Nesse sentido, propõe-se um conjunto de intervenções que inclui a capacitação contínua de todo o corpo escolar por meio de cursos e oficinas, investimentos em infraestrutura para tornar os espaços fisicamente acessíveis, a contratação de profissionais de apoio para atender às demandas específicas dos estudantes, o fortalecimento da parceria entre família e escola para assegurar a continuidade das ações fora do ambiente escolar e, por fim, a promoção de uma cultura inclusiva por meio de campanhas de conscientização e rodas de conversa que estimulem valores como empatia e respeito às diferenças. Somente com a articulação dessas ações, envolvendo gestores, docentes, famílias e órgãos responsáveis pela política educacional, será possível alcançar uma inclusão efetiva, garantindo a cada estudante o acesso pleno e digno à educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu aprofundar a compreensão sobre a educação inclusiva no Colégio Estadual 1º de Junho, em Praia Norte (Tocantins), evidenciando a necessidade de reconhecer a diversidade e de se empenhar continuamente pela inserção de todos os estudantes em classes regulares. A análise dos dados coletados revelou entraves consideráveis à concretização da inclusão escolar, como a limitada infraestrutura física, a insuficiência de recursos pedagógicos, a formação docente precária, o envolvimento familiar restrito e a prevalência de preconceitos. Embora haja respaldo legal para a garantia de direitos educacionais, ficou claro que a efetividade dessas políticas depende de ações articuladas entre gestores, professores, famílias e a comunidade em geral.

Com base nas evidências, conclui-se que o avanço de uma escola verdadeiramente inclusiva requer investimentos em formação continuada na área de educação especial, assegurando que professores e demais profissionais estejam qualificados para lidar com as múltiplas formas de aprendizagem. Além disso, a adequação da infraestrutura, aliada à disponibilização de recursos pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas, é essencial para proporcionar condições equitativas de participação e desenvolvimento acadêmico. Nesse cenário, o fortalecimento da parceria com as famílias emerge como fator determinante para a construção de estratégias pedagógicas que se estendam além dos muros escolares, favorecendo a aprendizagem contínua dos alunos. Outro ponto-chave consiste em consolidar uma cultura inclusiva, na qual toda a equipe escolar se envolva de forma corresponsável na busca de soluções que eliminem barreiras físicas e atitudinais.

No contexto específico do Colégio Estadual 1º de Junho, destaca-se a possibilidade de contratação de profissionais de apoio — como monitores e auxiliares pedagógicos — para auxiliar no cotidiano escolar, sobretudo no atendimento aos estudantes com maior demanda de suporte individualizado. Somadas a isso, ações formativas regulares podem incentivar trocas de experiências entre docentes, promovendo a construção coletiva de práticas pedagógicas mais abertas à diversidade. Dessa forma, a instituição fortalece sua vocação de acolher qualquer estudante, ampliando as oportunidades de êxito escolar e social. Em última instância, a consolidação de uma escola inclusiva implica transcender obrigações legais e

concretizar um compromisso ético e humano, no qual a valorização das diferenças se converta em princípio estruturador da prática educacional.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A.; DUARTE, C. **Educação e diversidade**. São Paulo: Editora X, 2005.
- BASSEDAS, E. et al. **Intervención educativa y diagnóstico psicopedagógico**. Barcelona: Editora Laya, 1995.
- BOSSA, N. A. **Dificuldades de aprendizagem: o que são? E como tratá-las?** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: documento orientador**. Brasília: MEC, SEESP, 2008.
- CARNEIRO, J. A. **Educação inclusiva e políticas públicas**. Curitiba: Editora W, 2012.
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: do que estamos falando?** Cadernos de Educação Especial, Santa Maria, n. 26, p. 15-26, 2005.
- CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.
- FARRELL, M. **Educating Special Children: An Introduction to Provision for Pupils with Disabilities and Disorders**. London: Routledge, 2008.
- FERREIRA, A. B.; BOZZO, L. **Inclusão e deficiência: reflexões atuais**. São Paulo: Ed. X, 2009.
- LUNARDI, M. L. **Inclusão/exclusão: duas faces da mesma moeda**. Editorial, n. 18, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5181/3176>. Acesso em: 13 dez. 2024.
- MANTOAN, M. T. A. S. **Inclusão escolar: o que é? Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 11-26, jan./abr. 2003.
- MANZINI, E. J. **Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e roteiros**. Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudo Qualitativos, Bauru, v. 2, p. 10, 2004.
- MICHELS, M. H. **A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 19, n. 3, p. 421-436, 2013.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.
- OMOTE, S. **Normalização, integração, inclusão**. Ponto de Vista, Marília, SP, v. 1, n. 1, p. 1-12, jul./dez. 1999.
- PAROLIN, I. M. **Educação inclusiva e dificuldades de aprendizagem**. In: _____. Temas atuais em Psicopedagogia. São Paulo: Ed. W, 2006. p. 45-58.
- PLETSCH, M. **Formação de professores para a diversidade**. Rio de Janeiro: Ed. Z, 2009.

ROSA, K. B.; PAPI, S. O. G. **Os professores e os desafios da inclusão de alunos com deficiência no ensino comum**. Educere, Ponta Grossa (UEPG), 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24453_11921.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

SANT'ANA, I. M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

SCOZ, B. J. **Dificuldades de aprendizagem: reflexões e práticas**. São Paulo: Ed. Y, 1994.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais: uma estratégia para a ação na década de 1990**. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.